

A ANTROPOLOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO¹

Jocimar Daolio²

“Ver-nos como os outros nos vêem pode ser bastante esclarecedor. Acreditar que outros possuem a mesma natureza que possuímos é o mínimo que se espera de uma pessoa decente. A largueza de espírito, no entanto, sem a qual a objetividade é nada mais que auto-congratulação, e a tolerância apenas hipocrisia, surge através de uma conquista muito mais difícil: a de ver-nos, entre outros, como apenas mais um exemplo da forma que a vida humana adotou em um determinado lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos. Se a antropologia interpretativa tem alguma função geral no mundo, é a de constantemente re-ensinar esta verdade fugaz”.

(Clifford Geertz³)

Não pretendo que este trabalho seja um depoimento pessoal – do tipo “essa é minha vida” – mas devo confessar minha emoção em escrever este texto, uma vez que a relação entre a Antropologia e a Educação Física – objetivo que me foi encomendado pelas organizadoras desta coletânea – reflete minha trajetória acadêmico-profissional nos últimos doze anos.

Por ocasião do meu curso de mestrado, na Escola de Educação Física da USP, deparei-me com o clássico texto sobre Técnicas Corporais do antropólogo Marcel Mauss e decidi redirecionar meu projeto de pesquisa para esse campo, na época ainda nebuloso para mim. Foi aí que procurei auxílio de professores do Departamento de Antropologia Social da USP, primeiramente a Profa. Carmen Cinira de Macedo, que me aceitou como orientando e me indicou as primeiras leituras e primeiras disciplinas no Departamento de Antropologia Social da USP. Agradeço aos colegas pós-graduandos da Antropologia e, especialmente,

¹ Esse texto foi publicado na coletânea intitulada Educação Física e Ciências Humanas, organizado por Yara Maria de Carvalho e Katia Rubio e publicado em 2001 pela Editora Hucitec, pp.27-38.

² Professor da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, SP.

aos seus docentes, entre eles, Maria Lucia Montes, minha orientadora após o falecimento da Profa. Carmen e José Guilherme Magnani, que participou de minha banca de defesa de mestrado e que me dá o imenso prazer e honra em estar a seu lado nessa coletânea.

A partir de minha inserção na Antropologia Social, uma nova perspectiva científica abriu-se para mim, fato que me colocava a responsabilidade de traduzir esse novo olhar para a Educação Física, tarefa que tenho tentado realizar nesses anos. Escrever este texto representa retrair esse caminho que vai da Educação Física para a Antropologia Social e retorna renovado para a Educação Física. O caminho da minha vida.

Da Antropologia Tradicional para a Antropologia Interpretativa

O grande risco em se considerar a abordagem antropológica é estar, ainda que inconscientemente, refém de uma visão tradicional da área, típica do Século XIX. Nessa época a Antropologia estava ligada a uma concepção evolucionista de Homem, classificando-o em primitivo ou civilizado de acordo com seu desenvolvimento evolutivo. Havia uma prática antropológica que se interessava em descobrir as curiosidades “culturais” de povos exóticos fisicamente distantes.

O conceito de cultura presente neste momento histórico era o de um conjunto de produções materiais de um certo grupo. Assim, o grupo que produzisse mais ou melhores objetos seria considerado dotado de mais cultura ou com uma cultura melhor que outro cuja produção fosse considerada mais tosca. Além do conceito de cultura ser limitado, os critérios para as comparações entre grupos era extremamente preconceituoso e etnocêntrico, baseado em características morais da sociedade ocidental européia do século XIX e refletindo a política colonizadora européia da época. A cultura estava, portanto, posicionada fora do homem, sendo apenas produto material de sua evolução. Se fosse possível coletar a produção de uma dada tribo, sua cultura estaria apreendida e compreendida pelos chamados “antropólogos de gabinete”.

A consequência desse pensamento evolucionista na Antropologia do século XIX é por demais conhecida. Ao partir do evolucionismo, a Antropologia da época considerava homens com cultura diferente como sendo inferiores. A intervenção por parte de culturas

³ *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, p.30.

“civilizadas” tornava-se obrigatória no sentido de fazer aqueles povos atrasados em termos de desenvolvimento avançarem, para se tornarem também tão evoluídos quanto os europeus. A Antropologia, ao invés de contribuir para a justiça social e respeito às diferenças humanas, acabava se constituindo em justificativa científica para a prática da colonização, com as decorrências daí advindas.

No final do século XIX e início do século XX, com alguns pesquisadores – e o principal nome parece ter sido Malinowski - interessados em realizar uma prática de campo mais constante e demorada em grupos nativos, os conceitos de Antropologia, de homem e de cultura começam a se transformar. À medida em que o antropólogo pesquisa “in loco”, ele compreende a lógica dos comportamentos dos nativos; qualquer atitude, por mais estranha que parecesse inicialmente, começa a ser compreendida dentro de um universo de significados que dá sentido aos comportamentos daquele grupo específico.

A Antropologia vai deixando de ser aquela ciência que apenas coleta curiosidades de povos exóticos para ser a área que procura compreender os homens nas suas particularidades culturais; o homem deixa de ser classificado como inferior, primitivo ou selvagem, para ser um homem culturalmente diferente, com os mesmos direitos e possibilidades que qualquer outro ser humano; e a cultura deixa de ser apenas um critério material e externo ao homem para ser considerada como um processo dinâmico inerente a todos os humanos.

Autor importante nessa nova configuração da Antropologia no início do século XX foi o francês Marcel Mauss. Na década de 20 ele cunha o termo “fato social total”, importante na consideração do homem como uma totalidade ao mesmo tempo biológica, psicológica e sociológica. Para além dos determinismos biológico ou psicológico na explicação do homem, Marcel Mauss considerava qualquer ação humana como sendo também um ato social, que ocorre dentro de uma configuração dada pelo meio em que o homem vive. Os três aspectos descritos pelo autor estariam presentes na unidade do comportamento humano, encarnadas na experiência do homem em seu grupo.

Nos primeiros anos deste século, Mauss explicitava também o caráter inconsciente dos costumes, afirmando que os comportamentos humanos, ao invés de expressões individuais isoladas, fazem parte de uma dinâmica coletiva específica do grupo onde o homem vive, ocorrendo muitas vezes sem a sua consciência. Na verdade, Marcel Mauss

estava prenunciando o caráter simbólico das atitudes humanas, caráter este que precisou do desenvolvimento das ciências que se preocuparam com o estudo dos símbolos e dos significados como a Semiótica e a Semiologia a partir do início do século XX.

Mais recentemente encontramos suporte nos estudos de Clifford Geertz, antropólogo americano contemporâneo responsável pela criação da chamada Antropologia Interpretativa. Para ele, o papel desta ciência resume-se a uma interpretação, sempre incompleta uma vez que o antropólogo não realiza observações frias e estáticas, mas interage com uma cultura dinâmica grávida de significados. Segundo o autor, a Antropologia não é uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa à procura do significado. É nesse sentido que o texto antropológico produzido é uma construção, não que seja falso ou ficcional, mas porque constitui-se numa interpretação sempre parcial do fenômeno observado. É dele a clássica afirmação de que *“(...) a análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa”*⁴.

O conceito de cultura de Geertz refuta a concepção oriunda do Iluminismo do século XVIII para a qual as exterioridades culturais do homem deveriam ser desveladas na busca de sua natureza originalmente boa, como imaginava Rousseau; refuta também a concepção evolucionista de cultura, própria do século XIX, a partir da qual os homens eram classificados de acordo com sua produção material, que, por sua vez, era consequência de seu estágio evolutivo; nega ainda uma concepção psicológica que entendia a cultura de um grupo como a somatória da produção de mentes individuais.

Para Geertz, a cultura é a própria condição de existência do homem, exatamente aquilo que o diferencia de outros animais. É também um produto do homem, como queriam os antropólogos do século XIX, mas sobretudo constitui-se num processo pelo qual cada homem está o tempo todo dando significado às suas ações e orientando sua vida. Este processo dá-se, obviamente, de forma localizada e específica, uma vez que os significados atribuídos às ações humanas dependem do contexto e do momento onde se realizam. Portanto, a cultura, além de um processo singular e privado - porque ocorre com todo indivíduo de cada grupo social -, constitui-se num fenômeno plural e público, porque se dá na mediação do indivíduo com outros indivíduos, manipulando padrões de significados que

⁴ A *Interpretação das culturas*, p.39.

só fazem sentido num contexto específico. Por isso Geertz afirma que a cultura é pública porque o significado o é, ocorrendo na praça da cidade, no mercado, enfim, em todas as relações humanas.

O equipamento biológico que todo homem possui permite respostas gerais que não diferenciariam os vários agrupamento humanos, mas é a cultura – e uma cultura específica - que o localiza no mundo, permitindo a ele ações organizadas dentro de um contexto determinado, manipulando símbolos, criando sistemas de significados historicamente determinados, enfim, humanizando-o, porque dá forma, ordem e sentido à vida humana.

Esta visão semiótica de cultura como conjunto de padrões de significados parece ter ampliado a visão da Antropologia, uma vez que permitiu considerar todos os homens como agentes de cultura, relativizando certos comportamentos que antes eram motivos de preconceito e subjugação de grupos. Permitiu também ampliar o conceito de cultura para um processo simbólico absolutamente dinâmico. A consequência disso parece ter sido a abrangência da Antropologia – tanto em termos de abordagem como em termos de sua prática etnográfica - para outras áreas do conhecimento, inclusive para a Educação Física. Os possíveis encontros entre as duas áreas e as consequências para a Educação Física é o que tentarei discutir agora.

Ampliação da Noção de Corpo

É por demais sabido que a área de Educação Física originou-se a partir das concepções naturalistas de homem e corpo, sendo, no Brasil, grandemente influenciada pela chamada Medicina Higienista do século XIX. Vários estudos têm apontado a origem desta influência biológica na Educação Física e suas consequências tanto no conceito quanto na prática atual da área. Outras pesquisas discutem também a formação profissional que historicamente tem reproduzido essa influência biológica, perpetuando essa tendência entre os profissionais. Grande parte dos cursos de formação em Educação Física até hoje ainda são incluídos na área das ciências biológicas nas Universidades e boa parte das aulas são destinadas às disciplinas vertentes dessa linha.

Uma concepção antropológica possibilita ampliar a visão da Educação Física sobre o corpo para uma entidade maior do que um conjunto biológico de ossos, músculos,

articulações, nervos e células. Além do aspecto biológico que o corpo evidentemente possui e que deve ser digno de estudo pela área, importa também o caráter cultural expresso pelo corpo e que identifica o homem no seio de uma dada sociedade.

Conceber o corpo como exclusivamente biológico implica tomá-lo como entidade natural e, conseqüentemente, entender a natureza humana como pré-requisito da cultura ou como determinante dela. Ora, a natureza humana não deve ser pensada somente como biológica mas também e simultaneamente como natureza cultural. O homem, durante sua longa evolução, foi desenvolvendo um aparato biológico para melhor se adaptar às condições ambientais, ao mesmo tempo, refinando sua produção cultural. Sem dúvida que para isso foi necessário um crescimento do cérebro, mas esse crescimento também foi consequência de uma produção cultural cada vez mais qualificada. É nesse sentido que Clifford Geertz afirma que a cultura, ao invés de consequência de um sistema nervoso desenvolvido, constituiu-se em importante ingrediente para o seu funcionamento.

O corpo representa justamente esta indissociabilidade entre natureza e cultura. Se, por um lado, existe um patrimônio biológico universal, que torna todos os humanos membros de uma mesma espécie, por outro, há construções corporais diferentes entre as sociedades. Assim, o mesmo corpo que torna os homens iguais, também os torna diferentes, e não há nessa afirmação qualquer paradoxo. A conclusão é que a definição de corpo não depende de suas características biológicas, mas de sua especificidade cultural. Afirmar que um corpo humano possui cabeça, tronco e membros ou um número definido de ossos ou uma mesma estrutura neural e celular, é tão óbvio quanto inútil. Quando tentamos definir uma certa sociedade a partir de seu comportamento corporal, estamos o tempo todo falando de sua cultura, expressa no corpo e por meio do corpo. Portanto o que vai ser determinante na definição de corpo para uma sociedade, além do conjunto de hábitos e posturas próprias desse grupo, será o próprio conceito de corpo construído e reconstruído na dinâmica cultural dessa sociedade.

É Clifford Geertz, mais uma vez, quem afirma que entre o que o nosso corpo, biológico, nos diz e o que devemos saber a fim de funcionar há um vácuo, vácuo este que deve ser preenchido, desde o nascimento, pela cultura. O aparato biológico oferece ao homem potencialidades para seu perfeito funcionamento, mas são as formas específicas de

cultura que vão colorindo os espaços em branco deixados pela generalidade biológica, dando sentido e direção aos comportamentos corporais humanos.

Essas reflexões parecem determinantes para a Educação Física, não somente para confrontar a hegemonia histórica da visão biológica de corpo, mas pelo fato de ser esta uma área que atua com, sobre e por meio do corpo humano. Ora, o corpo expressa valores e princípios fundantes de cada sociedade. Qualquer atuação realizada sobre o corpo humano deve considerar e respeitar esses princípios, sob risco de se tornar ou uma atividade descontextualizada para o grupo, ou de se constituir numa intervenção autoritária que ignore os interesses do público a que se destina. Portanto, atuar no corpo implica sempre atuar sobre valores, crenças, normas e princípios da sociedade na qual este corpo está inserido. Não considerar isto culmina em reduzir o alcance de qualquer prática, seja ela educativa, recreativa, reabilitadora ou expressiva.

É por isso que se tem afirmado mais recentemente que a Educação Física não lida somente com o corpo ou o movimento humano, não sendo estes seus objetos de estudo, conforme foi pensado durante muitas décadas, e ainda hoje defendido por algumas correntes teóricas. A Educação Física lida com uma cultura relacionada às questões corporais, cultura esta que foi criada e sistematizada pelo homem desde seu surgimento, sendo constantemente atualizada e ressignificada. O que vai definir se uma ação corporal é digna de trato pedagógico pela Educação Física, não será sua condição biológica, mas a própria consideração e análise desta expressão na dinâmica cultural específica do contexto onde ela se realiza. Vê-se, portanto, que a Educação Física é uma área mais ampla do que se supunha, uma vez que não pode existir ação sobre o corpo que ignore seu significado na sociedade. O corpo não existe como entidade isolada, mas é um corpo humano devidamente localizado numa cultura específica.

A Prática Escolar de Educação Física

Tentar compreender a prática escolar de Educação Física a partir de um referencial oriundo da Antropologia Social implica ir além de uma visão determinista de Escola, para a qual cada componente curricular apenas reproduz o que a Escola pratica como princípio; implica também superar a idéia de que os profissionais de Educação Física irão apenas

aplicar o que aprenderam em sua formação acadêmica reconhecida e majoritariamente biológica e tecnicista; implica ainda relativizar a afirmação de que o trabalho da área é desvalorizado e que somente poderá ser qualificado quando os salários dos professores aumentarem significativamente.

Todas essas afirmações são pertinentes e dignas de análise, entretanto, isoladas, não permitem discutir a prática escolar de Educação Física como um fenômeno social, historicamente situado, culturalmente determinado e constantemente atualizado por meio de novos significados que são produzidos pelo público envolvido na ação: professores, alunos, equipe diretiva da escola, professores de outros componentes curriculares e comunidade.

Dizer que a Educação Física escolar é um fenômeno social e sua prática influenciada culturalmente, também não é novidade, tendo esta afirmação tornado-se um tanto óbvia ultimamente. O mais interessante, entretanto – e aqui considero a contribuição da Antropologia Social fundamental –, é buscar decifrar as sutilezas da dinâmica deste processo cultural.

A Educação Física ocorre tradicionalmente num certo cenário, com um determinado enredo, com atores que desempenham papéis definidos, gerando certas expectativas do seu público alvo. São essas características históricas que dotam a Educação Física escolar de forte tradição, fazendo ela ser o que é hoje. Talvez seja justamente o seu caráter diferencial em relação a outras disciplinas, bem como o seu caráter extra-curricular, analisados como problemáticos em vários estudos atuais, o que têm dotado a Educação Física de alta eficácia simbólica, eficácia esta que é responsável pelo seu sucesso entre alunos, pais e direção de escolas. Ora, qualquer tentativa de discussão da prática escolar de Educação Física ou qualquer proposta de mudança na área, desde um novo currículo até a inclusão de conteúdos ou a utilização de novas estratégias de ensino, deve ser analisada considerando-se esta dinâmica simbólica muitas vezes inconsciente para seus atores.

Talvez isto explique o fato da prática escolar de Educação Física nos ensinos fundamental e médio ainda não ter avançado como gostaríamos, apesar do grande desenvolvimento teórico nas últimas duas décadas. Há um imaginário social da área, inconsciente para a maioria dos professores, que dá sentido e orienta as ações da Educação Física escolar. Este imaginário parece ainda estar fortemente influenciado por uma concepção biológica de corpo, que leva a um tipo de prática e de exigência aos alunos a

partir unicamente de sua condição atlética. Isso tem gerado, nas aulas de Educação Física, privilégio daqueles alunos que, por qualquer motivo, têm uma capacidade de movimento maior, e a subjugação daqueles alunos que não possuem determinados padrões físicos.

Uma concepção de Educação Física que se paute nas contribuições da Antropologia Social poderá compreender a dinâmica específica de um determinado grupo, a fim de fazer a mediação necessária entre um conhecimento que se entende como relevante e a demanda local do grupo. A ação transformadora da prática de Educação Física não será efetiva apenas pela proposição de novos referenciais teóricos ou pela criação de novas estratégias de ensino, mas deverá alcançar o universo de representações sociais que circunscrevem a prática escolar de Educação Física, decifrando seus reais significados.

Recorrendo a Marcel Mauss, é possível relativizar o conceito de “técnica” utilizado tradicionalmente pela Educação Física. Quando lança mão desse termo, a área está se referindo a um movimento específico tido como correto, eficiente em termos biomecânicos e único para a consecução de um determinado objetivo esportivo. Assim, fala-se da técnica para o arremesso do basquetebol, ou para a manchete no voleibol etc.; fala-se de um movimento técnico e de outros, sem técnica ou não técnicos. Marcel Mauss, considerado um dos pais da Antropologia moderna, nos ensina que qualquer movimento humano é uma técnica, por possuir tradição e eficácia. É um gesto determinado que o homem criou, transmitiu aos seus descendentes e, se persistiu, foi porque atendia a um conjunto de necessidades materiais e simbólicas desse mesmo homem, sendo, consequentemente, eficaz. Possui, portanto, significados que fazem sentido e orientam as ações daquele grupo específico.

A Educação Física escolar, a partir dessas afirmações, não deve ser vista como a área que apenas e tão somente irá ensinar aos alunos as técnicas “corretas” dos esportes, da ginástica ou da dança, ou aquela que vai corrigir ou refinar os gestos, mas a área que vai partir da dinâmica cultural específica de seus alunos no que se refere às questões do corpo, do movimento, dos esportes etc. para ampliá-la, discuti-la, confrontá-la, refutá-la, enfim, tornar o aluno um sujeito emancipado e autônomo nas questões corporais.

É nesse sentido que temos proposto uma Educação Física Plural, embora ainda não detalhada, mas defendendo como condição primeira que a aula de Educação Física alcance todos os alunos, sem qualquer discriminação dos menos hábeis, dos baixinhos, dos que

usam óculos, das meninas etc. O pressuposto é o de que os alunos são diferentes, tanto em termos de interesses, como de habilidades motoras ou de especificidades culturais. A aula, para atingir todos os alunos, terá que, necessariamente, recusar determinados padrões atléticos e considerar outros padrões, mais subjetivos, mais simbólicos e mais expressivos.

É óbvio que a questão do desenvolvimento dos conteúdos de um programa de Educação Física escolar terá também que ser rediscutida, uma vez que, pelos pressupostos assumidos numa discussão cultural, o mesmo programa não será aplicável a todo e qualquer grupo de alunos. Enquanto as premissas que pautavam a Educação Física eram de origem biológica, era possível pensar em um programa escolar que atendesse às necessidades orgânicas dos indivíduos, porque, afinal de contas, os homens são muito parecidos nesse aspecto. Entretanto, quando se assume que a atuação da Educação Física é eminentemente cultural, há que se considerar, primeiro, a história, a origem e o local daquele grupo específico e, depois, suas representações sociais, emolduradas pelas suas necessidades, seus valores e seus interesses.

Embora consideremos que a Educação Física escolar deva trabalhar, sempre e em qualquer lugar, com grandes blocos de conteúdos, definidos tradicionalmente pelo jogo, ginástica, esporte, dança e luta, a forma como esses conteúdos devem ser organizados e mediados pela Escola e pelo professor, vai depender da própria especificidade cultural do grupo alvo. Daí a importância de uma abordagem cultural na discussão da Educação Física escolar.

A Área Acadêmica Educação Física

Tradicionalmente a área de conhecimento Educação Física é fruto de uma abordagem sobre o homem que separou o seu aspecto biológico de sua condição social, ou o componente inato do adquirido, ou a natureza da cultura. Sabemos hoje que essas separações são inexistentes na conduta humana, uma vez que o homem expressa simultaneamente, por meio de seu comportamento corporal, tanto a dimensão orgânica como sua característica eminentemente cultural. Qualquer dicotomia na abordagem do homem será apenas um esforço didático ou um recorte para fins de pesquisa. Entretanto, essa tradição que dividiu o homem é compreensível para uma área que surgiu no Brasil

fortemente influenciada pela Medicina Higienista do século XIX, como já afirmado anteriormente.

Somente a partir de fins da década de 1970 a Educação Física pôde ampliar seus referenciais teóricos, sobretudo em direção às ciências sociais, destacando-se, dentre estas, a Sociologia, Antropologia e parte da Psicologia. Assim, uma área acadêmica que era principalmente de cunho biológico, tornou-se também uma área com claras interfaces com as ciências sociais. Ao invés de se considerar somente o rendimento atlético esportivo do homem, passou a importar também sua vinculação em termos de contexto, de classe social, de características culturais etc. As publicações da área a partir dessa época, bem como a programação dos congressos demonstram preocupações até então inusitadas.

O mais interessante é que um aporte de conhecimentos oriundos das ciências sociais parece não ter conseguido romper totalmente a falsa dicotomia natureza/cultura presente na área. Existem abordagens teóricas de Educação Física que reconhecem o aspecto biológico e o aspecto cultural, mas os entendem como separados, ou numa relação de causa e efeito, preocupando-se com um deles, negando ou secundarizando o outro. Se a discussão evoluiu em relação a outras épocas, não deixa ainda de haver uma ruptura velada entre natureza e cultura.

A Antropologia Social nos ensina que a natureza do homem é eminentemente cultural, não sendo possível pensar numa ação humana que não seja cultural. Essa concepção ampla de cultura não elimina, obviamente, a condição biológica, mas alerta para o risco da Educação Física estar privilegiando somente esta dimensão no comportamento do homem. Como vimos, a Educação Física lida diretamente com o homem na integração entre os aspectos biológico e cultural: seu corpo.

Temos percebido ultimamente a grande utilização do termo “cultura” nas publicações da Educação Física. O termo vem acompanhado das expressões “corporal”, “física”, “de movimento” ou, ainda, “corporal de movimento”. A intenção dos vários estudiosos, por vezes com visões teóricas diferentes, é, claramente, a de reconhecer o caráter cultural da área, fato que parece muito positivo. Defendemos também que a cultura é o principal conceito para a Educação Física, uma vez que todas as manifestações corporais do homem (esporte, dança, ginástica, jogo etc.) são geradas no seio de uma dada cultura, manifestando-se diversificadamente no contexto de grupos culturais específicos.

Entretanto, vemos como problemática a utilização, por vezes superficial, por vezes errônea ou contraditória, do conceito de “cultura”, empobrecendo sobremaneira a discussão da Educação Física. Alguns autores ainda trabalham com o termo como se estivessem no século XIX e a cultura fosse considerada apenas em sua dimensão material e externa ao homem, produto de sua tecnologia. Fazendo isso, excluem toda a dimensão simbólica que a cultura representa. Outros autores trabalham com o termo reduzindo-o sensivelmente, como se a cultura fosse apenas a expressão estática e unidirecional de um determinado grupo, sua característica imutável. Alguns ainda realizam generalizações vagas, dando um caráter pouco dinâmico ao termo e, conseqüentemente, enrijecendo a discussão da Educação Física.

Numa análise da história da Antropologia e das influências recebidas por ela das várias correntes filosóficas⁵, percebe-se que Clifford Geertz concebeu a chamada Antropologia Interpretativa a partir do paradigma hermenêutico, confrontando as formas de pensamento antropológico tradicionais e constituindo uma “Antropologia da desordem“. Enquanto os chamados paradigmas da ordem na Antropologia, presos a um tipo de pensamento positivista, possuem um caráter cientificista, domesticando ou não levando em consideração a subjetividade, o indivíduo e a história, a Antropologia Interpretativa de Geertz transforma esses três elementos em intersubjetividade, individualidade e historicidade. Esse processo se dá no contato pesquisador/pesquisado, na medida em que é no ato da interpretação que o antropólogo coloca-se perante seu objeto de estudo de forma intersubjetiva, reconhecendo a individualidade do sujeito e situando-se no mesmo tempo histórico em que se encontra o grupo observado.

Fazendo um paralelo entre a análise de Roberto Cardoso de Oliveira sobre o pensamento antropológico e a cientificidade engendrada pela Educação Física brasileira, sobretudo nas últimas duas décadas, poderíamos questionar se a área não estaria ainda refém dos chamados paradigmas da ordem, sem conseguir considerar na sua totalidade os três elementos destacados na obra de Geertz: a intersubjetividade, a individualidade e a historicidade. Estaria, assim, presa a um fazer ciência ainda não desvinculado por completo do positivismo.

⁵ Tenho utilizado para esta análise a obra *Sobre o pensamento antropológico*, de Roberto Cardoso de Oliveira.

De fato, na busca de superação da grande influência biológica sofrida pela Educação Física e que reduzia a compreensão de homem, vários estudiosos brasileiros nos últimos vinte anos procuraram ampliar essa visão de área, formulando teorias ou explicações, buscando subsídios em autores de outras áreas. Esse processo foi – e ainda é – profícuo, uma vez que gera consistência teórica em uma área que historicamente foi reconhecida apenas como de aplicação pedagógica.

A consideração dos pressupostos antropológicos nessa discussão da área acadêmica Educação Física – e, em particular, a influência de Clifford Geertz -, permite sugerir o aprofundamento de estudos do paradigma hermenêutico, a fim de ampliar a discussão sobre uma “Educação Física da desordem”, aquela que vai considerar a intersubjetividade, a individualidade e a historicidade.

Conclusão

Espero ter conseguido relacionar a Antropologia Social com a Educação Física. Iniciei afirmando a transformação do conceito de cultura para a Antropologia, que partiu de um caráter exclusivamente externo ao homem, para a consideração da dimensão simbólica a ele inerente. A partir desse enfoque mais atual de cultura – centrado nas idéias de Clifford Geertz -, procurei fazer algumas relações com a Educação Física, destacando a ampliação do conceito de corpo para a área, a questão da prática escolar de Educação Física e a discussão da área acadêmica.

Como afirmei no início, entendo que a partir do enfoque antropológico a Educação Física tem se olhado de forma mais dinâmica, mais original, mais plural. Acredito que essa perspectiva tem contribuído para um repensar da área, procurando compreender sua imensa e rica tradição que, durante décadas, a definiu como ela é hoje e, ao mesmo tempo, procurando entender suas várias manifestações, absolutamente diferentes em decorrência das especificidades culturais. A perspectiva antropológica lança luzes sobre essa área chamada Educação Física, área esta que é, simultânea e dialeticamente, única e variada, singular e plural, objetiva e subjetiva, universal e local. Qualquer abordagem de Educação Física que negue esta dinâmica cultural inerente à condição humana, correrá o risco de se

distanciar do seu objetivo último: o homem como fruto e agente de cultura. Correrá o risco de se desumanizar.

Para encerrar, gostaria de voltar à epígrafe de Clifford Geertz, quando afirma a vontade da Antropologia Interpretativa de reensinar a verdade fugaz de nos vermos como apenas mais um exemplo da forma que a vida humana adotou em um determinado lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos. Talvez, para conseguir isso, devamos ser mais humildes, quando tentamos fazer e aplicar ciência, sem deixar de considerar as variadas manifestações culturais humanas, principalmente as que talvez nós não consigamos entender ou aceitar.

Indicações de Leitura

Daolio, J. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus, 1995.

Daolio, J. Cultura: educação física e futebol. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

Daolio, J. Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980. Campinas: Papirus, 1998.

Geertz, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

Geertz, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

Laplantine, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Mauss, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, 2v.

Oliveira, R. C. de. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.